

TERMO DE REFERÊNCIA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O TRANSPORTE POR TAXÍMETRO DE PASSAGEIROS

ÁREA SOLICITANTE

A SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

1 – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Constitui objeto do presente Chamamento Público concessão a interessados para outorga de autorização para exploração de serviços de transporte público individual de passageiros por táxi, no Município de Aracruz, a ser realizado através de Edital de Chamamento Público, com base na Lei Municipal 4540/2022, Lei Federal 12587/2012, Decreto Municipal nº 44.867/2023 e demais dispositivos legais vigentes relativos ao transporte de passageiros individual.

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a realização de Chamamento Público visando à outorga de autorização administrativa a interessados para a exploração do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros, mediante a utilização de veículo de aluguel a táxi, no âmbito do Município de Aracruz.

1.2. O presente Chamamento será regido pelo respectivo Edital, elaborado com fundamento na Lei Municipal nº 4.540/2022, na Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), no Decreto Municipal nº 44.867/2023, bem como demais normas legais e regulamentares aplicáveis à prestação do serviço de transporte individual de passageiros.

1.3. Os trabalhos inerentes a este Chamamento Público serão conduzidos pela Comissão de Licitações.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Aracruz reconhece a importância de garantir o acesso da população a serviços adequados de transporte público individual de passageiros, realizados por meio de veículos de aluguel a táxi. Com base na Lei Municipal nº 4.540/2022 e suas alterações, será promovido um Chamamento Público para a outorga de autorizações



administrativas, a fim de ampliar a oferta desse serviço essencial à mobilidade urbana local.

2.2. A iniciativa se justifica pela redução expressiva da frota de táxis em operação, que caiu de 70 veículos, em 2013, para apenas 33 (trinta e três). Essa diminuição tem impactado diretamente o atendimento à população, especialmente nos horários de maior demanda, em regiões mais afastadas e em períodos de alta movimentação, como feriados e eventos.

2.3. Diante desse cenário, a realização do chamamento se apresenta como uma medida necessária e estratégica para recompor a frota, assegurar a continuidade do serviço e atender, de forma eficiente, às necessidades da população. Para isso, é fundamental que sejam estabelecidas condições adequadas – tanto físicas quanto técnicas e operacionais – que garantam a qualidade, segurança e regularidade na prestação do serviço de transporte individual em nosso município.

3 – ESTIMATIVA DE VALOR

3.1. Os serviços de transporte público individual de passageiros em veículos de aluguel com taxímetro, conhecidos como serviços de táxi, são prestados por motoristas autônomos e operam com base em autorização ou concessão. A municipalidade não oferece nenhum subsídio para esses serviços. Portanto, o valor estimado é de R\$ 0,00 (zero reais).

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do Chamamento Público pessoas físicas, que atendam aos seguintes requisitos:

4.1.1. Ser Motorista, portador de carteira nacional de habilitação (CNH), categorias B ou superior, emitida há no mínimo 12 (doze) meses, explicitando o Exercício de Atividade Remunerada (EAR);

4.1.2. Ser residente do Município de Aracruz;

4.1.3. Estar em boas condições físicas e mentais para o exercício da função de motorista de veículo automotor.

4.2. Será vedada a participação neste Chamamento:

4.2.1. Todos aqueles que não atenderem ao item 4.1;



4.2.2. Pessoas que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal;

4.2.3. Pessoas consideradas inidôneas e/ou impedidas de contratar com a Administração Pública;

4.2.4. Atuais autorizatários de outorga de táxi, serviço público ou autorização de qualquer natureza expedida pela administração pública federal, estadual e municipal;

4.2.5. – Pessoas portadoras de permissão para dirigir com habilitação provisória;

4.2.6. – Pessoas que tenha sido autuadas pela Fiscalização de Transportes na condição de clandestinidade, nos termos da Lei, nos últimos 2 (dois) anos;

5 – DOS DOCUMENTOS

5.1. Para habilitação no Chamamento, será exigida, documentação relativa:

a) Carteira de Identidade;

b) comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria B ou superior, emitida há no mínimo 12 (doze) meses, explicitando o Exercício de Atividade Remunerada (EAR);

d) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, obrigatoriamente em nome do interessado ou o Termo de Compromisso e Aquisição de Veículo, conforme anexo x do Edital

e) Certidão expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo do domicílio do interessado, onde não conste que o solicitante tenha sido condenado pela prática de crimes tipificados no Código Penal Brasileiro e em legislação especial;

f) Certidão Criminal expedida pelo Fórum Criminal da Comarca de Aracruz/ES;

g) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de débitos junto ao Município de Aracruz;

h) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de débitos junto da Fazenda Pública do Estado do Espírito Santo, e;

i) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de



certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

j) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

k) Comprovação do grau de escolaridade, em instituição regular de ensino, conforme declarado;

l) Declaração de concordância com as exigências do objeto presente edital e normas regulamentares em vigor;

m) Declaração de inexistência de fato impeditivo e que não exerce atividade incompatível com a de Motorista, pessoa física, que impossibilite a prestação dos serviços pelo tempo mínimo previsto;

n) Declaração de compromisso de aquisição de veículo, no prazo estipulado, se for o caso;

o) Declaração de não possuir/ ser detentor de outorga de táxi, serviço público ou autorização de qualquer natureza expedida pela administração pública federal, estadual e municipal;

p) Declaração de que não exerce cargo, função ou emprego público na Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e suas autarquias;

q) Declaração de que na condição de Autorizatário, prestará o serviço diretamente e adotará a escala de revezamento com seus condutores auxiliares, se houver;

r) Declaração de que prestará obrigatória e pessoalmente o serviço de táxi por pelo menos 08 (oito) horas diárias, ou 40 (quarenta) horas semanais;

s) Comprovação de residência no Município de Aracruz;

t) Declaração de que na condição de Autorizatário, no momento da apresentação do veículo para a vistoria, apresentará comprovante de inscrição no INSS;

u) Declaração de escolha do ponto pretendido/ Carta resumo da proposta de preços.

v) Declaração de Tempo de Serviço como Condutor Auxiliar, emitida pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), para efeitos de comprovação de que está em atividade, devidamente assinada pela autoridade competente, sendo que a não apresentação, não implicará na desqualificação do concorrente e consequentemente não receberá a



pontuação estabelecida.

w) Quanto a pessoa com deficiência, só poderá concorrer às vagas reservadas se o veículo for de propriedade dela e conduzido por ela. O carro precisa estar adaptado às necessidades do condutor, com comprovação nos termos da legislação vigente, e estar identificado, em local de fácil visualização, como veículo da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

w.a) Para comprovação da deficiência, documento/ laudo/ certificado da condição que atenda ao Item 7.2.1.1. assinado por médico da rede pública de atendimento, com respectivo CRM, emitido pelo menos à 2 (dois) anos;

5.2. O candidato deverá cumprir todos os requisitos exigidos na fase de HABILITAÇÃO conforme previsto neste Termo e deverá apresentar todos os documentos em envelope lacrado com os dizeres "CADASTRO NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 000/2025".

6 – DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:

6.1. Sem prejuízo das demais obrigações inerentes aos condutores, segundo o Código de Trânsito, os veículos destinados aos serviços deverão:

I – Ser veículo/automóvel de passeio;

II – Possuir 05 (cinco) portas com capacidade de quatro a sete ocupantes, exceto para a modalidade de Táxi Especial Adaptado com capacidade definida no Art. 8º da Lei Municipal 4540/2022;

III – Ar-condicionado, air-bag e ABS;

IV – Porta-malas com capacidade mínima de 100 lt (cem litros) livres, com o banco traseiro na posição normal;

V- Pintura na cor branca ou prata, com layout estabelecido pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), conforme anexo III da Lei Municipal 4540/2022;

VI – Estar padronizado, conforme características afixadas na Lei Municipal acima citada;

VII – Certificado de Registro de Licenciamento do Veículo (CRLV) em dia, em nome do autorizatário;

VIII - Luz de freio elevada (break light), na parte interna (vidro traseiro), ou embutido na tampa do porta-malas ou no aerofólio desde que seja original do veículo;



IX- Número de registro, conforme layout estabelecido na Lei Municipal 4540/2022;

X – outras disposições previstas na Lei 4540/2022 e suas regulamentações.

6.2. Poderá ser admitido veículo com alteração em suas características originais de fábrica, desde que regulamentada pelo CONTRAN e autorizada pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB).

6.3. A adaptação deverá constar no campo de observação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo ou na Nota Fiscal emitida pelo fabricante;

6.4. Número de registro mencionado no inciso IX será atribuído no momento da publicação do Decreto de Autorização;

6.5. O veículo deve permanecer com as características originais de fábrica, exceto no caso de utilização de Gás Natural Veicular – GNV, observadas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e legislação pertinente.

6.6. O Autorizatório obriga-se a apresentar à época da vistoria, o laudo de inspeção de avaliação de conformidade para "kit" de Gás Natural Veicular, realizado por oficina autorizada do INMETRO, caso o veículo possua o referido equipamento;

6.7. A Administração Pública Municipal poderá exigir que os táxis tenham sistema de rastreamento veicular com login de motorista e sistema de comunicação (radiocomunicação e comunicação telefônica).

6.8. É obrigatório o uso do taxímetro, conforme definido no art. 8º da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, cabendo a Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB) a homologação do modelo do taxímetro, regulamentar o uso de rastreamento veicular, sistema de comunicação e suas especificações afins.

6.9. Não poderão ser fixados nos veículos, qualquer tipo de adesivo, salvo autorizado, por escrito, pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), e que não tenha cunho político-partidário, sexual, religioso ou mensagens discriminatórias.

6.9.1. O não cumprimento das características impostas no item 6.9 implicará no impedimento temporário de circulação no serviço de táxi, até que seja sanada a irregularidade, não excluindo as penalidades estabelecidas na Lei nº 4540/2022.

6.10. Os veículos deverão ser dotados de:

I - Equipamento luminoso, caixa luminosa (bigorrilho) conforme padronização



homologada pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

a) a caixa luminosa (bigorrilho) deverá ser colocada sobre o teto, no centro, sobre o para-brisa dianteiro;

b) a caixa luminosa (bigorrilho) deverá estar acesa quando o veículo estiver disponível para a utilização do usuário (passageiro), e apagada quando estiver sem uso ou indisponível;

II- Termo de vistoria expedido pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB) e adesivo de vistoriado com o ano corrente;

III- Taxímetro com o devido Certificado de Aferição do Taxímetro expedido pelo IPEM - Instituto de Pesos e Medidas e tabela das tarifas em vigor;

IV- Cartão de identificação do condutor na parte interna do veículo em posição visível para o usuário, contendo:

a) nome do condutor (Autorizatário e/ou condutor auxiliar);

b) 01 (uma) foto ¾ colorida do condutor;

c) prefixo do veículo;

d) tipo sanguíneo;

e) validade do Cartão;

f) placa e prefixo do veículo.

V- Alvará de Licença de Localização e Funcionamento em nome do Permissionário;

6.11. No Serviço Público de Transporte por Táxi, não será admitido veículo com as seguintes características ou equipamentos:

I - Carroceria tipo berta;

II - Conversível;

III - Bagageiro externo, barras transversais ou qualquer outro dispositivo, mesmo que original de fábrica, que interfira na instalação ou visibilidade da caixa luminosa (bigorrilho);

IV - Defletor frontal, aerofólio esportivo, saia, spoilers ou similar nas laterais, na dianteira, na traseira ou no teto, exceto os originais de fábrica na cor do veículo e homologados pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

V - Turbocompressor, exceto original de fábrica;



VI - Película ou tela escurecedora, refletiva ou não, bem como a utilização de cortinas, telas ou qualquer outro material que reduza a transparência das áreas envidraçadas do veículo, exceto se atenderem as especificações das Resoluções Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN;

VII - Potência inferior a 74 c.v. (setenta e quatro cavalos-vapor);

VIII - Engate e suporte de reboque em desacordo com a legislação vigente;

IX - Protetor de para-choque, exceto original de fábrica e homologado pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

X - Sem espaço suficiente para acomodar de forma segura cadeira de rodas padrão em veículo da categoria de Táxi Acessível;

XI - Espaço livre no porta-malas com capacidade menor que 400L (quatrocentos litros) no modo normal;

XII - Kit de Gás Natural Veicular (GNV) em veículo cuja potência do motor seja igual ou inferior a 85 c.v. (oitenta e cinco cavalos-vapor);

XIII - Adesivo ou qualquer outro dispositivo, mesmo que original de fábrica, alusivo à marca ou modelo do veículo com dimensão superior a 100mm² sem autorização da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

XIV - Estampas, frisos, proteções, acabamentos, carenagens ou qualquer tipo de revestimento externo, mesmo que original de fábrica, que comprometa a estética do veículo e/ou interfira na predominância de sua cor, a critério da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

XV - Pneu sobressalente fixado na parte externa do veículo, salvo se original de fábrica ou táxi acessível;

XVI - Equipamento de som automotivo fora dos padrões normais de fabricação do veículo;

XVII - Transportar animais de qualquer espécie fora das normas legais e sem os equipamentos de segurança exigidos por lei (CTB).

7 – DA QUANTIDADE DE TÁXI – PONTOS

7.1. Para o presente Chamamento, estão abertas 20 (vinte) novas vagas.



7.2. Reservar-se-ão 10% (dez por cento) das vagas para condutores com deficiência.

7.2.1. Para concorrer às vagas reservadas para condutores com deficiência, o condutor com deficiência deverá observar os seguintes requisitos quanto ao veículo utilizado:

a) Ser de sua propriedade e por ele conduzido;

b) Estar adaptado às suas necessidades, nos termos da legislação vigente.

7.2.1.1. A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA é aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;.

7.2.2. No caso de não preenchimento das vagas na forma estabelecida pelos critérios de Pessoas com Deficiência, as remanescentes devem ser disponibilizadas para os demais concorrentes.

7.2.3. Cada interessado poderá participar com uma única proposta para o ponto pretendido, podendo assim concorrer em até dois pontos;

7.2.3.1. Caso apresente mais de uma proposta no mesmo ponto, todas elas serão desclassificadas independentemente dos preços ofertados.

7.3. Os pontos de estacionamento, localização e extensão serão, tendo em vista o interesse público:

Item	Descrição	Modo Fornecimento	Quantidade
I	Ponto de táxi – Casagrande – Av. Cel. Venâncio Flores, 1085, centro, Aracruz/ES, CEP:29.190-709	Vagas	03
II	Ponto de táxi – Rodoviária – Rua José C. Da Rocha s/n – centro – Aracruz/ES, CEP: 29.190-072	Vagas	02
III	Ponto de táxi – Praça São João Batista – Centro, Aracruz/ES,	Vagas	02



	CEP: 29.190-062		
IV	Ponto de táxi – Jacupemba – Av. Luís Rossato, s/nº, Jacupemba, Aracruz/ES, CEP: 29.193-000	Vagas	02
V	Ponto de táxi – Coqueiral – Av. Dos Coqueiros, s/nº, próximo a Praça, Coqueiral, Aracruz/ES, CEP: 29.199-054	Vagas	04
VI	Ponto de táxi – Guaraná – Praça São Cristóvão, Guaraná, Aracruz/ES, CEP: 29.195-409	Vagas	01
VII	Ponto de táxi – Fórum – Rua Osório da Silva Rocha, s/nº, Centro, próximo ao Fórum e Ministério Público, Aracruz/ES, CEP: 29.190-256	Vagas	01
VIII	Ponto de táxi – Vila Rica – Rua Manoel Pereira Pinto, s/n, Vila Rica, próximo à UPA e Hospital São Camilo, Aracruz/ES, CEP: 29.194-129	Vagas	01
IX	Ponto de táxi – Santa Cruz – Praça da Matriz, Santa Cruz, Aracruz/ES, CEP:29.199-518	Vagas	01
X	Ponto de táxi – Vila do Riacho – Praça São Benedito, Vila do Riacho, Aracruz/ES, CEP: 29.199-054	Vagas	01
XI	Ponto de táxi ‘Bairro Bela Vista’ – Av. Felisberto Modenesi s/nº, Bairro Bela Vista, Aracruz (ES), CEP: 29.192-036.	Vagas – condutores com deficiência	02

8 – DO PAGAMENTO DO LANCE

8.1. O valor ofertado pelo autorizatário deverá ser pago ao Fundo Municipal de Trânsito e Transportes (FMTT), conforme Artigo 84 da Lei 4540/2022, até o momento da vistoria do veículo, nas condições declaradas na proposta.



8.2. O pagamento deverá ser efetuado na conta abaixo descrita:

CONTA BANCARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ
CNPJ 27.142.702/0001-66, BANCO BANESTES
AGÊNCIA 111-Aracruz,
CONTA CORRENTE 2463113-7
FUNDO MUN. TRANSITO E TRANSPORTES – FMTT

8.3. O Lance ofertado poderá ser parcelado em 6 (seis) parcelas semestrais, de igual valor, sendo a primeira parcela na data de apresentação do veículo e as 5 (cinco) parcelas remanescentes deverão ser pagas semestralmente, a contar da referida data, em conformidade com o Decreto Municipal nº 44.867/2023.

8.4. O não pagamento de quaisquer das 5 (cinco) parcelas subsequentes implicará, de imediato, na instauração do procedimento de cassação da Autorização.

9- DA HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO

9.1. A documentação apresentada pelos interessados será analisada pela Comissão de Licitação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de abertura do Chamamento Público.

9.1.1. O prazo mencionado poderá ser prorrogado mediante justificativa formal, devidamente registrada nos autos do processo administrativo.

9.2. Os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos no item 5 serão habilitados.

9.2. Os proponentes habilitados serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida por ponto de táxi, sendo a pontuação final, a soma das pontuações obtidas nas seguintes categorias:

I – LANCE POR PERMISSÃO	
Lance mínimo R\$ 15.000,00	00 ponto
R\$ 16.000,00	02 pontos
R\$ 17.000,00	04 pontos
R\$ 18.000,00	06 pontos
R\$ 19.000,00	08 pontos



R\$ 20. 000,00	10 pontos
R\$ 21.000,00	12 pontos
R\$ 22.000,00	14 pontos
R\$ 23.000,00	16 pontos
R\$ 24.000,00	18 pontos
R\$ 25.000,00	20 pontos
R\$ 26.000,00	22 pontos
R\$ 27.000,00	24 pontos
R\$ 28.000,00	26 pontos
R\$ 29.000,00	28 pontos
R\$ 30.000,00	30 pontos

II – TEMPO DE CONDUTOR AUXILIAR DE TAXISTA E EM ATIVIDADE

Descrição	Pontos
Não possui declaração	00
06 a 12 meses	25
Acima de 12 meses	50

III – ESCOLARIDADE

Descrição	Pontos
Ensino Fundamental Completo	02
Ensino Médio Completo	03

IV – DO VEÍCULO

Descrição	Pontos
Veículo com valor venal conforme nota fiscal até R\$ 100.000,00 (cento mil reais)	02
Veículo com valor venal conforme nota fiscal até R\$ 150.000,00 (cento cinquenta mil reais)	04
Veículo com valor venal conforme nota	06



fiscal acima de R\$ 150.000,00 (cento cinquenta mil reais)	
--	--

9.2. A pontuação atribuída aos condutores auxiliares cadastrados no mínimo há 06 meses, contados da data da abertura do Edital e desprezando-se os dias que extrapolem os meses completos, a pontuação se dará conforme a tabela II.

9.3. A pontuação referente à escolaridade será atribuída apenas mediante comprovação documental, conforme os critérios estabelecidos na Tabela III. A não apresentação do comprovante de escolaridade não acarretará a desclassificação do interessado, apenas resultará na não atribuição da pontuação correspondente. Para fins de avaliação deste subitem, será considerada exclusivamente a escolaridade concluída até a data de abertura do Edital.

9.4. Do valor venal do veículo, desde que devidamente comprovado — por meio de Nota Fiscal, no caso de veículo novo, ou nos termos da Lei nº 4.771/2025, quando se tratar de veículo usado — será atribuída a pontuação, conforme os critérios estabelecidos na Tabela IV.

9.5. Os proponentes serão classificados em ordem decrescente de pontuação, conforme o total de pontos obtidos na avaliação, sendo a classificação realizada de forma individualizada por Ponto de Táxi. O maior número de pontos corresponderá ao 1º (primeiro) colocado e, assim, sucessivamente.

9.6. Em caso de empate na pontuação final entre dois ou mais candidatos, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I – O candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento;

II – Aquele cuja primeira habilitação (CNH) tenha sido obtida há mais tempo, computado o tempo total como condutor habilitado;

III – Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

9.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as disposições contidas neste Edital.

9.8. Será considerado vencedor o(s) proponente(s) com maior pontuação, respeitado o número de vagas disponíveis para o ponto de táxi concorrido.

11.5. Ficam os demais colocados, classificados para o cadastro de reserva.



O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será devidamente publicado .

10. DA PERDA DA AUTORIZAÇÃO

10.1. Perderá a autorização, sendo revogado o Decreto Autorizatório, aquele que:

10.1.1. Não realizar o pagamento do lance ofertado no prazo estabelecido no subitem 7.1 deste termo de referência, ainda que ultrapassado o prazo previsto no art. 22, §§ 1º e 2º da Lei nº 4540/2022;

10.1.2. Deixar de apresentar quaisquer documentos relacionados no art. 32 a 34 da Lei nº 4540/2022 no momento do cadastro junto a Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

10.1.3. Deixar de apresentar o veículo no prazo estabelecido para vistoria, conforme estabelecido no art. 22 da lei nº 4520/2022 e Item 12 deste Termo de Referência;

10.1.4. Deixar de cumprir quaisquer requisitos estabelecidos na Legislação que regulamenta a exploração da atividade de transporte de passageiros em veículo a taxímetro.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PUBLICO:

I - Regular os serviços e fiscalizar permanentemente sua prestação;

II - Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos nesta Lei;

IV - Extinguir as Autorizações, nos casos previstos em legislação específica;

V - Homologar reajustes e proceder a revisão das tarifas na forma desta Lei e das normas pertinentes;

VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos serviços e as cláusulas contratuais;

VII - Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e



reclamações dos usuários, feitas pela ouvidoria a qual cientificará ao usuário das providências tomadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

VIII - Estimular o aumento da qualidade da prestação dos serviços de que trata essa Lei, da preservação do meio ambiente e outros;

11.2. DAS OBRIGAÇÕES DOS AUTORIZATÁRIOS, além de outros previstos, em lei:

I - Cumprir a Lei nº 4540/2022, o Decreto de Autorização Pública, em especial as Ordens da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB) e demais normas regulamentadoras de sua atividade;

II - Dar condições de pleno funcionamento aos serviços sob sua responsabilidade;

III - Submeter-se à fiscalização através dos seus agentes, facilitando-lhes a ação, sempre que for solicitado;

IV - Apresentar seu veículo para vistoria técnica, sempre que for exigido, comprometendo-se a sanar, em prazo determinado pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), as irregularidades que possam comprometer o conforto, a segurança e a regularidade do transporte de passageiros;

V - Manter as características do veículo fixadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

VI - Preservar a inviolabilidade do taxímetro e outros dispositivos de controle determinados pela Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB);

VII - Apresentar seu veículo para o início de operação em adequado estado de conservação e limpeza;

VIII - Comunicar à Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da data da ocorrência de acidentes, informando as providências adotadas, a assistência que foi prestada aos usuários e cópia de Boletim;

IX - Garantir a continuidade da viagem, providenciando a imediata substituição do táxi avariado, bem como o abatimento do valor da corrida restante;

X - Cadastrar seu condutor auxiliar conforme normas estabelecidas nesta Lei;

XI - Dar condições dignas de trabalho e seguras a seus condutores;



XII - Garantir a segurança e o conforto dos passageiros;

XIII - Não permitir a circulação do veículo sem documentação obrigatória do veículo e do condutor;

XIV - Utilizar o veículo somente para prestação dos serviços de taxímetro, sendo vedado sua utilização para qualquer outro fim que não seja a serviço de táxi;

XV- Enviar à Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), mensalmente, escala de serviços prestados devendo o Autorizatário trabalhar sob regime de escala com seu condutor auxiliar.

12 – DO CADASTRO E DA VISTORIA:

12.1. A partir do resultado do chamamento público devidamente homologado, deverá ser apresentado Nota Fiscal de aquisição do veículo – quer veículo usado, quer veículo novo – para emissão do Decreto de Autorização.

12.1.1. O prazo de vigência da autorização será de 15 (quinze) anos contados da assinatura do Decreto de Autorização, podendo ser renovada por igual período, uma única vez, na forma do Artigo 21 da Lei Municipal nº 4540/2022.

12.2. Após a assinatura do referido decreto terá o autorizatário o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o veículo nas condições previstas na Lei nº 4540/2022 à Fiscalização de Transportes, de modo a obter o competente Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, bem como do Alvará de Transportes, desde que faça prova de sua propriedade e esteja previamente padronizado conforme layout previsto em Lei.

12.2.1. O prazo previsto no item 12.2. poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, desde que legalmente justificado pelo Autorizatário, por escrito.

12.2.2. A não apresentação do veículo no prazo assinalado ou a sua apresentação fora das exigências regulamentares, importará na revogação de pleno direito da Autorização, independentemente de notificação de qualquer natureza e de decisão que a declare.

12.3. Compete ao Autorizatário, pessoa física, promover o seu cadastramento e de seu(s) condutores auxiliares junto a Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), por meio de processo eletrônico no Protocolo desta Municipalidade, nos termos do art. 32 a 34 da Lei 4540/2022, no prazo de até 60 dias a contar da publicação do Decreto de Autorização.

12.4. Os autorizatários do serviço de táxi somente poderão prestar o serviço enquanto registrados na Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), devendo protocolar



requerimento conforme estabelece a Lei nº 4540/2022, acompanhado dos documentos exigidos.

12.5. Somente serão admitidos veículos com vida útil não superior a 36 (trinta e seis) meses a partir da data da Nota Fiscal, não podendo retirá-los dos serviços por um prazo de 24 (vinte e quatro) meses, salvo em caso de substituição por outro igual mais novo ou superior, obedecido a tabela IV, Artigo 20, da Lei 4540/2022.

12.6. Para cada autorização haverá o cadastramento de apenas um único veículo, que deverá ser apresentado no momento da Vistoria.

12.7. Será sumariamente desclassificado aquele que apresentar veículo diverso à sua proposta, ou que não possua todos os documentos seu ou do veículo necessários, e passará a ser convocado pela Comissão de Licitação, em ato próprio, o proponente listado em cadastro de reserva, no prazo da Lei vigente.

12.8. Os veículos e os equipamentos serão vistoriados anualmente, podendo a Fiscalização de Transportes da Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMURB), a qualquer tempo, convocar vistorias extraordinárias, conforme Artigo 15 da Lei 4540/2022.

13 – DO PRAZO E DA ASSINATURA DO DECRETO AUTORIZAÇÃO:

13.1. A partir do resultado do chamamento publico devidamente homologado, será emitido Decreto de Autorização no prazo de até 15 dias.

13.2. Para a emissão do Decreto de Autorização deverá ser apresentado Nota Fiscal de aquisição do veículo – quer veículo usado, quer veículo novo – para emissão do Decreto de Autorização.

13.3. Perderá o direito a autorização o adjudicatário que não apresentar a nota fiscal no prazo estabelecido, sendo convocado o próximo colocado para o ponto.

13.4. O prazo de vigência da autorização será de 15 (quinze) anos contados da assinatura do Decreto de Autorização, podendo ser renovada por igual período, uma única vez, na forma do Artigo 21 da Lei Municipal nº 4540/2022.

13.5. É assegurado ao Autorizatório o direito de participar de novo Chamamento, ao final do prazo de sua Autorização, desde que não haja outros impedimentos legais e/ou contratuais que o impeça de participar.

14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:



14.1. O autorizatário deverá cumprir rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência para a prestação dos serviços de transporte público individual de passageiros em veículos de aluguel com taxímetro. O não cumprimento estará sujeito às penalidades previstas no art. 53 da Lei nº 4540/2022.

15 – DISPOSIÇÕES FINAIS / RESCISÃO:

15.1. O proponente é responsável pela veracidade e legitimidade das informações e documentos fornecidos em qualquer fase da licitação. A apresentação de documentos falsificados ou informações falsas resultará na imediata desclassificação do proponente.

15.2. A administração reserva-se o direito de promover diligências em qualquer etapa do chamamento público para esclarecer ou complementar a instrução do processo. Proponentes intimados para fornecer esclarecimentos adicionais devem fazê-lo dentro do prazo estipulado pela Administração, sob pena de desclassificação.

15.3. As decisões referentes ao chamamento público poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio que comprove o recebimento ou através de publicação no Diário Oficial do Estado.

14.4. Por razões de interesse públicos decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, a Administração poderá revogar ou anular o Decreto de Autorização por ilegalidade, mediante parecer escrito e fundamentado, sem que isso gere obrigação de indenização.

15.5. Só serão admitidas propostas dentro do prazo estipulado no Edital, não sendo admitida nenhuma nova proposta fora do prazo.

15.6. Na hipótese da criação de novas vagas para os pontos descritos neste Termo de Referência ou do exaurimento da lista de aprovados em cadastro de reserva, deverá ser procedido novo Edital de Chamamento Público.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Naquilo que for omissos, este Termo de Referência e o respectivo Edital seguirão a Lei Nº 4.540/2022, sempre garantido o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Aracruz/ES, 16 de junho de 2025.

Aprovado por:



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3700370030003200380039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

DALTRO ANTONIO FERRARI JUNIOR
SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA

Elaborado por:

Wisllian Duarte Caliman
Fiscal de Transportes
Matrícula 26500
CPF: XXX.XXX.XXX-30



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 3700370030003200380039003A00540052004100, Documento assinado
digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3700370030003200380039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **DALTRO ANTONIO FERRARI JUNIOR** em **16/06/2025 14:03**

Checksum: **8B7F6904E6596209DB504D2E21D045CA5158344278AF25745944A844A4C40D17**



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3700370030003200380039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.